



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE- TRENSURB

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410)
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 30 DE JUNHO DE 2023
LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB
CNPJ (MF) 90.976.853/0001-56
Av. Ernesto Neugebauer, 195 – Humaitá, Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Prezados Senhores,

1. Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB**, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **TRENSURB**, é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Conclusão Sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias levantadas em 30 de junho de 2023 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4. Ênfases

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que a Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empreiteira, após ter vencido uma licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, a qual informa que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que constatou formação de Cartel. Na sua defesa, a TRENSURB entende que uma investigação interna de fatos pretéritos tão antigos, não seria ela capaz de obter resultado melhor que CGU, TCU, PF, MPF e LAVA-JATO, tão melhor aparelhados que a TRENSURB para fazê-lo. Verificamos que na Ata de reunião nº 548 do Conselho de Administração, ocorrida em 22 de julho de 2022, constam relatadas duas adesões de ente lesado pela TRENSURB, ambas em razão de Acordos de Leniência da CGU: um da CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ e o outro do GRUPO ODEBRECHT (ATUAL NOVONOR), ambos aprovados pelo Conselho de Administração para que fossem assinados pela Companhia e que, em tais adesões previa-se recebimento de valores e de informações, dada a sua condição de ente lesado, e que a contrapartida seria tão somente as observâncias pela Empresa, das cláusulas de sigilo e de publicidade. Ainda assim, conforme previsto no item 35 da CTA-30, solicitamos a Governança uma Carta de Representação confirmando que os responsáveis pela governança, de acordo com o seu conhecimento, estão sendo informados adequadamente sobre tal assunto e que não seria necessária investigação adicional, além dos procedimentos efetuados pelos agentes públicos retromencionados.

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que até a data de conclusão deste relatório, a Companhia ainda não havia completado o processo de contratação visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico “CPC 01 | NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, para os ativos registrados em 30 de junho de 2023. Desta forma, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de possíveis ajustes para redução do ativo imobilizado e ativo intangível ao valor recuperável.

5. Outros assuntos

5.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da **TRENSURB**, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que

não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

5.2. Demonstrações contábeis intermediárias comparativas auditadas e revisadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2022, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório com modificações. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores que emitiram relatório com modificações.

Recife/PE, 16 de janeiro de 2024.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9

Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2

CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8

CNAI 4850



BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	30/06/2023	31/12/2022		NOTA	30/06/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	160.840.517	126.442.520	Fornecedores	14	16.471.457	6.478.284
Créditos a receber	5	2.412.702	2.171.925	Impostos e taxas a recolher		1.619.823	268.456
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	11.132.713	5.275.003	Contribuições sociais a recolher		4.371.054	3.723.113
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	5.802.638	2.963.351	Obrigações trabalhistas	15	23.447.280	18.565.127
Adiantamento de fornecedores				Adiantamento de Clientes	16	2.110.102	1.801.390
Direitos a receber	8	166.330	169.706	Credores por convênios	17	769.019	725.690
Impostos a recuperar		1.782	2.876	Credores por depósitos		65.855	65.855
Estoques	9	16.235.198	16.378.099	Plano de Previdência - Equacionamento	25c	515.577	477.513
Despesas do exercício seguinte		352.494	190.857			49.370.165	32.105.427
		196.944.375	153.594.337				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências trabalhistas	18a	101.250.945	96.547.870
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Provisão para contingências cíveis	18b	32.004.263	21.471.164
Depósitos judiciais e Garantias a Juízo	10	52.372.880	54.935.082	Provisão IR/CS diferido	13c	14.531.787	15.098.207
Débitos de empregados	7	126.721	148.349	Adiantamentos para aumento de capital	20a	-	-
Penhora s/ receita própria	11	4.434	846.407	Obrigações Trabalhistas	15	-	-
		52.504.711	55.930.513	Plano de Previdência - Equacionamento	25c	3.516.572	3.824.191
						151.303.567	136.941.432
Investimentos em participações societárias	12	22.696	22.696	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	13	1.179.434.602	1.204.391.322	Capital social	19a	2.059.666.941	2.059.666.941
Intangível		2.048.518	2.232.493	Adiantamentos para aumento de capital	20a	24.059.724	23.459.815
		1.181.505.816	1.206.646.511	Ajuste avaliação patrimonial	13c	28.208.534	29.308.056
				Prejuízos acumulados	19b	(881.654.032)	(865.310.312)
		1.234.010.527	1.262.577.024			1.230.281.169	1.247.124.502
TOTAL DO ATIVO		1.430.954.902	1.416.171.361	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.430.954.902	1.416.171.361

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	01/01/2023 à 30/06/2023	01/04/2023 à 30/06/2023	01/01/2022 à 30/06/2022	01/04/2022 à 30/06/2022
RECEITA LÍQUIDA	21	63.996.279	33.470.904	63.382.312	34.271.195
Custo dos serviços prestados	22	(132.588.484)	(67.249.121)	(127.012.740)	(67.000.389)
PREJUÍZO BRUTO		(68.592.205)	(33.778.217)	(63.630.428)	(32.729.194)
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(41.030.473)	(21.697.146)	(40.069.055)	(21.153.226)
Outras receitas e despesas		(27.629.602)	(12.717.295)	(23.924.579)	(5.709.378)
Condenações Trabalhistas		(4.746.017)	(3.338.870)	(4.429.217)	(1.283.867)
Provisão/reversão ações trabalhistas	18a	(11.550.512)	(9.708.627)	(16.927.106)	(4.053.738)
Provisão/reversão ações cíveis	18b	(11.607.272)	231.465	(2.752.284)	(439.224)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		274.199	98.737	184.028	67.451
		(68.660.075)	(34.414.440)	(63.993.634)	(26.862.603)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(137.252.280)	(68.192.657)	(127.624.062)	(59.591.798)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		9.495.430	4.754.906	7.507.480	4.201.378
Receitas financeiras		9.525.368	4.768.886	9.512.046	5.305.851
Despesas financeiras		(29.938)	(13.980)	(2.004.566)	(1.104.473)
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL	20b	111.216.049	51.088.716	97.265.459	49.846.288
RESULTADO OPERACIONAL		(16.540.801)	(12.349.035)	(22.851.123)	(5.544.133)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(16.540.801)	(12.349.035)	(22.851.123)	(5.544.133)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO	24	(1.468.860)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(18.009.661)	(12.349.035)	(22.851.123)	(5.544.133)
Lucro por ação do capital social		-0,0019	-0,0013	-0,0070	-0,0024

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

D



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais)

	01/01/2023 à 30/06/2023	01/04/2023 à 30/06/2023	01/04/2022 à 30/06/2022	01/01/2022 à 30/06/2022
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(18.009.661)</u>	<u>(12.349.035)</u>	<u>(5.544.113)</u>	<u>(22.851.123)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>(18.009.661)</u></u>	<u><u>(12.349.035)</u></u>	<u><u>(5.544.113)</u></u>	<u><u>(22.851.123)</u></u>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.014.563.144	78.116.397	31.507.097	(824.328.974)	1.299.857.666
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.927.193	-	-	6.927.193
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	-	(1.099.521)	(21.185.182)	(22.284.703)
Resultado do exercício	-	-	-	(22.851.123)	(22.851.123)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(1.099.521)	1.665.941	566.420
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(1.665.941)	1.665.941	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	566.420	-	566.420
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	2.014.563.144	85.043.590	30.407.576	(845.514.156)	1.284.500.155
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.059.666.942	23.459.815	29.308.056	(865.310.312)	1.247.124.502
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	599.909	-	-	599.909
Recursos recebidos	-	-	-	-	-
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-	-	(1.099.521)	(16.343.720)	(17.443.241)
Resultado do exercício	-	-	-	(18.009.661)	(18.009.661)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(1.099.521)	1.665.941	566.420
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(1.665.941)	1.665.941	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	566.420	-	566.420
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2023	2.059.666.941	24.059.724	28.208.535	(881.654.032)	1.230.281.169

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	30/06/2023	30/06/2022
Receita de prestação de serviços		62.426.543	62.281.149
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		1.729.738	1.213.403
Outras receitas e despesas (líquidas)		274.199	184.028
Provisões trabalhistas e cíveis		(23.157.784)	(19.679.390)
		41.272.696	43.999.190
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(3.764.595)	(3.951.632)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(49.423.040)	(45.152.243)
		(53.187.635)	(49.103.875)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(11.914.939)	(5.104.686)
Depreciação e amortização		(25.284.248)	(25.479.910)
		(37.199.187)	(30.584.595)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE			
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		111.216.049	97.265.459
Receitas financeiras		9.525.368	9.512.046
		120.741.417	106.777.505
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		83.542.229	76.192.910
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		82.073.369	76.192.910
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		72.580.725	69.239.996
Benefícios		12.059.718	12.155.065
FGTS		5.459.618	5.634.405
		90.100.061	87.029.466
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		8.841.963	8.768.718
Estaduais		13.873	15.290
Municipais		59.275	53.717
		8.915.111	8.837.725
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		29.938	31.446
Aluguéis		1.037.921	1.172.276
		1.067.859	1.203.722
Juros sobre adiantamento de capital		-	1.973.121
Lucro líquido do exercício retido		(18.009.661)	(22.851.123)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	30/06/2023	30/06/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(18.009.661)	(22.851.123)
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		25.284.248	24.476.677
Baixa de bens do ativo imobilizado		3.949.735	1.034.983
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	20a	-	1.973.121
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	18	23.157.784	19.679.390
		34.382.107	24.313.048
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		(240.777)	1.187.937
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(5.857.711)	(6.998.429)
Estoques		142.901	355.710
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		3.404.175	4.353.682
Demais contas de Ativo		(7.155.494)	(3.101.804)
		(9.706.906)	(4.202.904)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		9.993.173	(2.115.605)
Impostos e taxas a recolher		1.354.527	97.371
Contribuições sociais a recolher		644.781	(258.956)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		4.882.153	6.420.882
Credores por convênios e depósitos		352.041	189.190
Plano de previdência e pensão a empregados - Equacionamento		(269.555)	143.958
Contingências trabalhistas e cíveis pagas	20	(3.845.757)	(7.674.917)
		13.111.362	(3.198.077)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais		37.786.563	16.912.068
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(3.988.475)	(4.019.172)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		(3.988.475)	(4.019.172)
Recursos recebidos para aumento de capital	23a	599.909	6.927.193
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento		599.909	6.927.193
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	34.397.997	19.820.089
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		126.442.520	138.710.125
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		160.840.517	158.530.214

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB (“Companhia”) é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o período de 3 meses findo em 30 de junho de 2023, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 28 de Setembro de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e conversão de saldos determinados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: realização de créditos a receber (Nota 5), realização de direitos a receber (Nota 8) realização dos estoques (Nota 9), Vida útil e "*impairment*" do ativo imobilizado (Nota 12), vida útil dos ativos intangíveis (Nota 13), provisão para contingências (Nota 18), Imposto de renda e contribuição social (Nota 24), suficiência do passivo atrelado ao plano de previdência e déficit atuarial (Nota 25) e classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 30 de junho de 2023 e 2022, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) CPC/NBC TG 48 Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC/NBC TG 48.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 6), Direitos a receber (Nota 8) e aplicação em títulos e valores mobiliários.

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 14), adiantamento de clientes (Nota 16), credores por convênios (Nota 17), credores por depósitos e adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 20.a).

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção nem com atividade de hedge.

Impairment de ativos financeiros

O CPC/NBC TG 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

f) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao valor recuperável, se apropriado, ao final de cada exercício social.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas

em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

k) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido do período são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo fiscais acumulados e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	22.550	22.100
Valores em trânsito	973.479	912.962
Aplicações de liquidez imediata	159.844.488	125.507.458
	<u>160.840.517</u>	<u>126.442.520</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas ao custo acrescidas de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 8.309.254 (R\$ 8.687.292 em 30/06/2022).

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	570.926	570.926
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	2.148.082	1.907.306
(-)Provisão para risco	-306.307	-306.307
	<u>2.412.702</u>	<u>2.171.925</u>

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, conforme a seguir:

Saldo no início do período	306.307
(+) Provisão	-
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
Saldo no final do período	306.307

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	<u>30/06/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Adiantamento de férias	1.869.663	-	2.767.538	-
Adiantamento de 13º	3.780.153	-	-	-
Adiantamento por insuf. de saldo (a)	177.424	-	105.764	-
Plano de Saúde (b)	49.756	126.721	79.975	148.349
Débitos de empregados	-74.358	-	10.074	-
	<u>5.802.638</u>	<u>126.721</u>	<u>2.963.351</u>	<u>148.349</u>

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período findo em 30 de junho de 2023 a provisão é no montante de R\$ 67.490 (R\$ 67.490 em 31 de dezembro de 2022). Os adiantamentos por suficiência de saldo estão deduzidos da provisão para risco de crédito.

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 8.249 (R\$ 8.249 em 31/12/2022), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

8. DIREITOS A RECEBER

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Convênio Pessoal Cedido	13.387	17.480
Depósitos e Cauções/Outros devedores	27.820	27.103
Devedores Infração Legal e Contratual	125.123	125.123
	<u>166.330</u>	<u>169.706</u>

O valor de R\$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Material de TUES e Veículos	9.520.084	9.533.719
Material da Via Permanente	2.200.832	2.298.131
Sistemas operacionais	4.524.648	4.627.899
Peças e Acessórios de Equipamentos	94.803	71.805
Materiais de expediente e administrativos	759.750	711.464
Ajuste de Inventário Físico	(864.919)	(864.919)
	<u>16.235.198</u>	<u>16.378.099</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos Judiciais Cíveis	1.627	2.542
Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias a Juízo	52.309.037	54.727.308
Processos Judiciais - Rec. Próprios	62.216	205.232
	<u>52.372.880</u>	<u>54.935.082</u>

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 4.434 (R\$ 846.407 em 31/12/2022) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	Vida Útil (anos)	30/06/2023			31/12/2022
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25	266.588.963	(86.618.925)	179.970.038	180.526.264
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	168.736.742	(80.063.687)	88.713.055	88.669.384
Via permanente	33,33	604.946.676	(160.797.961)	444.148.715	450.282.060
Sistemas operacionais	11,11	327.887.708	(175.786.840)	152.100.868	158.989.064
Veículos ferroviários/aeromóvel	20	370.594.935	(151.745.793)	218.849.142	223.273.595
Veículos rodoviários	3,03	1.678.988	(1.018.180)	660.807	722.742
Equip. processamento de dados	4,55	7.277.222	(5.319.661)	1.957.561	2.294.253
Equipamentos, máquinas e instrumentos	7,69	61.547.629	(53.081.681)	8.465.948	9.696.093
Instalações	9,09	30.326.497	(15.997.606)	14.328.891	15.420.524
Móveis e utensílios	10	10.673.865	(8.155.690)	2.518.175	2.706.154
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(10.596.418)	3.489.207	3.629.259
Imobilizado em andamento	-	10.300.994	-	10.300.994	14.250.730
Almoxarifado de bens imobilizados	-	8.021.385	-	8.021.385	8.021.385
		1.928.577.045	(749.142.442)	1.179.434.602	1.204.391.322

b) Movimentação do Imobilizado

CUSTO	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2023
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	26.341.656	2.247.307	-	-	266.588.963
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	1.702.428	-	-	168.736.742
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	327.882.838	4.870	-	-	327.887.708
Veículos ferroviários/aeromóvel	370.594.935	-	-	-	370.594.935
Veículos rodoviários	1.678.988	-	-	-	1.678.988
Equip. processamento de dados	7.337.094	9.500	(69.372)	-	7.277.222
Equip., máquinas e instrumentos	61.548.215	-	(586)	-	61.547.629
Instalações	30.323.496	3000	-	-	30.326.497
Móveis e utensílios	10.547.215	126.650	-	-	10.673.865
Benfeitorias em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em andamento	14.250.730	-	(3.949.735)	-	10.300.994
Almoxarifado de bens imobilizados	8.021.385	-	-	-	8.021.385
TOTAL CUSTO	1.928.502.982	4.093.756	(4019.694)	-	1.928.577.045
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2023
Edificações, estações e depósitos	(83.815.391)	(2.803.534)	-	-	(86.618.925)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(78.364.930)	(1.658.756)	-	-	(80.023.687)
Via permanente	(154.664.616)	(6.133.345)	-	-	(160.797.961)
Sistemas operacionais	(168.893.774)	(6.893.066)	-	-	(175.786.840)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(147.321.340)	(4.424.453)	-	-	(151.745.793)
Veículos rodoviários	(956.246)	(61.935)	-	-	(1.018.180)
Equip. processamento de dados	(5.042.840)	(346.192)	69.372	-	(5.319.661)
Equip., máquinas e instrumentos	(51.852.122)	(1.230.145)	586	-	(53.081.681)
Instalações	(14.902.973)	(1.094.634)	-	-	(15.997.606)
Móveis e utensílios	(7.841.061)	(314.629)	-	-	(8.155.690)
Benfeitorias em bens de terceiros	(10.456.367)	(140.051)	-	-	(10.596.418)
TOTAL DEPRECIACÃO	(724.111.661)	(25.100.740)	69.958	-	(749.142.442)
IMOBILIZADO LÍQUIDO	1.204.391.322	(21.006.984)	3.949.735	-	1.179.434.602

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva,

gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No período de 6 meses findo em 30 de junho de 2023 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 1.665.941 referente a depreciação e no valor de R\$ 566.420 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 28.208.534 (R\$ 29.308.056 em 31/12/2022) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 14.531.787 (R\$ 15.098.207 em 31/12/2022).

d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e, conforme laudo de avaliação emitido por estes em 19 de janeiro de 2023, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”).

	2022
Ativos Imobilizados	1.204.391.322
Ativos Intangíveis	2.232.493
Total dos Ativos Componentes da UGC	1.206.646.510
Valor Justo (*)	1.252.895.368
Redução ao Valor recuperável	-

(*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é compostos por todos os bens móveis e imóveis que compõe a UGC.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 194.697.914 em 30 de junho de 2023.

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do Intangível

Contas	Vida Útil (anos)	30/06/2023		31/12/2022
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido
Direito de uso de imóveis	indefinida	1.374.204	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinida	1.596	-	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-
Softwares	20	12.463.949	(11.791.231)	672.718
Outras desp. de informática	10	26.000	(26.000)	-
		13.870.622	(11.822.102)	2.048.518
				2.232.493

e) Movimentação do Intangível

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2023</u>
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	13.107.233	-	(643.284)	-	12.463.949
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO	14.513.905	-	(643.284)	-	13.870.621

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2023</u>
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(12.250.540)	(183.508)	642.817	-	(11.791.231)
Outros dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL AMORTIZAÇÃO	(12.281.412)	(183.508)	-	-	(11.822.102)
INTANGÍVEL LÍQUIDO	2.232.493	(183.508)	(467)	-	2.048.518

14. FORNECEDORES

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aquisições Trens	1.355.274	14.360
Sist. de energia e comun.	-	286.996
Prestação de serviços	5.093.313	209.996
Energia Elétrica	2.251.057	2.283.599
Gastos gerais	7.771.813	3.638.333
	16.471.457	6.478.284

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Férias e Encargos	18.887.945	13.958.333
Promoção por Antiguidade a Pagar	4.517.858	4.517.858
Outras Obrigações Trabalhistas	41.477	88.936
	23.447.280	18.565.127

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Credores p/ Venda Créditos	1.606.279	1.440.424
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	483.466	343.818
Adiantamento Clientes Comerciais	20.357	17.148
	2.110.102	1.801.390

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

17. CREDORES POR CONVÊNIO

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Convênios SESI/SENAI	105.766	105.131
Assistência Saúde	661.194	618.499
Credores Diversos	2.059	2.060
	769.019	725.690

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 30 de junho de 2023, a provisão

constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 100.318.288 para ações de empregados e de R\$ 932.656 para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	96.547.870	94.686.124
(+/-) Provisão/ Reversão	7.503.630	15.225.684
(-) Pagamentos	<u>(2.800.555)</u>	<u>(13.363.938)</u>
Saldo no final do período	<u>101.250.945</u>	<u>96.547.870</u>

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30/06/2023 compõe-se de R\$ 18.821.697 (R\$ 15.214.402 em 31/12/2022).

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de 6 meses findo em 30/06/2023 e no exercício findo em 31/12/2022 está composta como segue:

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	21.471.164	17.194.283
(+/-) Provisões / Reversões	11.578.300	7.283.474
(-) Pagamentos	<u>(1.045.201)</u>	<u>(3.006.593)</u>
Saldo no final do período	<u>32.004.263</u>	<u>21.471.164</u>

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30/06/2023 é de R\$ 47.678.464 (R\$ 25.106.878 em 31/12/2022). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.059.666.941 está representado por 9.883.218.182 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

<u>Composição Acionária em</u>	<u>30/06/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
<u>Acionista</u>				
União Federal	9.874.758.896	99,9144	9.874.758.896	99,9144
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0662	6.543.949	0,0662
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0194	1.915.337	0,0194
Total	9.883.218.182	100,0000	9.883.218.182	100,0000

b) Prejuízos acumulados

O saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 881.654.032 (R\$ 865.310.312 em 31/12/2022).

20. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

O montante total de adiantamento para aumento de capital é de R\$ 24.059.724, classificados no Patrimônio Líquido.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social. Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de 6 meses findo em 30/06/2023 foi de R\$ 111.216.048 (R\$ 97.265.459 em 30/06/2022) composto a seguir:

Subvenção	30/06/2023	30/06/2022
Pessoal	79.276.800	76.476.897
Sentença	9.121.244	7.406.609
Custeio	22.818.004	13.381.954
	111.216.048	97.265.459

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, o montante fixado para a despesa da TRENURB para o exercício financeiro de 2023, conforme a PLOA, é de R\$ 307.810.054. Deste valor, R\$ 161.385.889 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 146.424.165 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada, anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	PLOA/2023	Recursos Próprios Fonte 105	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	195.310.054	71.385.889	123.924.165
Sentença	22.500.000	-	22.500.000
Custeio	88.000.000	88.000.000	-
Investimento	2.000.000	2.000.000	-
	307.810.054	161.385.889	146.424.165

21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>30/06/2023</u>	<u>01/04/2023 à 30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>01/04/2022 à 30/06/2022</u>
RECEITA BRUTA				
Serviço de transporte metroviário	62.426.543	32.586.466	62.281.149	33.682.020
Aluguéis, arrendamentos e concessões	1.729.738	974.587	1.213.403	649.228
	64.156.281	33.561.053	63.494.551	34.331.248
Tributos sobre a receita bruta	(160.001)	(60.053)	(112.239)	(60.053)
RECEITA LÍQUIDA	63.996.279	33.470.904	63.382.312	34.271.195

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>30/06/2023</u>	<u>01/04/2023 à 30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>01/04/2022 à 30/06/2022</u>
Pessoal e Encargos	64.206.009	32.185.723	61.008.545	32.982.737
Serviços de Terceiros	26.204.311	14.150.693	20.886.673	11.193.119
Consumo de Materiais	2.620.110	892.796	2.399.165	760.375
Energia de Tração	12.341.260	6.153.842	13.980.622	7.772.960
Serviços de Utilidade Pública	2.819.001	1.658.686	4.362.449	2.099.816
Depreciação	24.344.829	12.179.288	24.309.445	12.152.621
Outros Custos	52.961	28.092	65.841	38.761
	132.588.484	67.249.121	127.012.740	67.000.389

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/2023</u>	<u>01/04/2023 à 30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>01/04/2022 à 30/06/2022</u>
Pessoal e Encargos	29.306.221	15.156.952	29.583.472	15.281.460
Serviços de Terceiros	6.820.058	4.063.986	4.466.937	2.458.150
Consumo de Materiais	1.144.484	540.691	1.552.467	1.230.183
Serviços de Utilidade Pública	529.572	290.327	882.361	426.707
Depreciação/ Amortização	939.419	469.748	1.170.465	573.469
Outras Despesas	2.290.719	1.175.442	2.413.353	1.183.257
	41.030.473	21.697.146	40.069.055	21.153.226

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(18.009.661)	(22.851.123)	(18.009.661)	(22.851.123)
Adições / (Exclusões) permanentes	2.275.962	2.235.831	2.275.962	2.235.831
Adições / (Exclusões) temporárias	14.056.324	9.335.142	14.056.324	9.335.142
Lucro Real	(1.677.373)	(11.280.150)	(1.677.373)	(11.280.150)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal - 30%	-	-	-	-
Alíquota - 9%	-	-	-	-
Alíquota - 10%	-	-	-	-
Alíquota - 15%	-	-	-	-
Total Imposto	-	-	-	-
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	-	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
(-) Imposto Retido	-	-	-	-
Total Imposto a pagar	-	-	-	-
Valor do imposto pago no ano calendário	1.071.442	-	397.417	-

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	2023	2022
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M e F	AT - 2000 M e F
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2022
Patrimônio - P	87.314.914
Provisões Matemáticas - Passivos Atuariais (Valor Presente)	94.438.325
Benefícios Concedidos - A	38.607.118
Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)	2.046.629
Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)	36.560.489
Benefícios a Conceder - B	57.290.180
Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)	57.290.180
Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)	-
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(1.458.973)
Patrocinadora - C1	-
Participante - C2	-
Assistidos - C3	(1.458.973)
Total das Provisões - D = A + B + C	94.438.325

Fundos – E	2.556.531
Superávit/Déficit Atuarial - F = P - D	(7.123.411)
Valor do Ajuste de Precificação = G	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	(7.123.411)

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 7,24% no ano, isso corresponde a 70% da meta atuarial de 2022 (INPC + 4,10%) que foi de 10,27%, portanto, o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida. A “duration” do plano foi de 7,72 anos no encerramento de 2022.

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2022, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R\$ 7.123.411. Esse valor é superior ao limite de déficit do plano de R\$ 1.305.4956, portanto com a necessidade de equacionamento. O déficit restringe-se aos assistidos e à patrocinadora em igual montante. O montante sob responsabilidade da patrocinadora de R\$ 2.908.958 foi reconhecido nas demonstrações financeiras. Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 35 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.

Os saldos do déficits estão compostos conforme segue:

	2022	
	Circulante	Não Circulante
Déficit 2013/2014 em equacionamento	477.513	915.233
Déficit 2021/2022 a equacionar	-	2.908.958
	477.513	3.824.191

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018. Quando observado superávit, tal resultado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 194.697.914.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

27. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de

demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da Companhia e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb no 2º trimestre de 2023 e de 2022 foram como segue:

<u>Parte Relacionada</u>	<u>Contrato</u>	<u>Valor contratual</u>	<u>Valores Pagos 2º trimestre 2023</u>	<u>Valores Pagos 2º trimestre 2022</u>
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.10/20	1.750.000	13.259	-
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.34/20-2	30.000	1.505	1.988
Total		1.780.000	14.764	1.988

<u>Administrador / Conselheiro</u>	<u>Parte Relacionada</u>	<u>Valores pagos até 30/06/2023</u>	<u>Valores pagos até 30/06/2022</u>
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Consultora Independente	15.959	15.959
Paulo Roberto Reichel Ayres	Ministério da Economia	24.976	-
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	24.976	24.976
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	15.959	15.959
Fernando Machado Diniz	Ministério da Economia	7.979	-
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Ministério da Economia	-	15.959
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Ministério da Economia	15.959	15.959
Clóvis Felix Curado Júnior	Ministério da Economia	15.959	-

29. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

<u>Remuneração</u>	<u>Maior</u>	<u>Menor</u>	<u>Média</u>
Administradores	24.781	4.234	13.405
Empregados	42.157	2.478	10.420

Porto Alegre, 18 de Agosto de 2023.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Diretor Presidente

VANESSA FRAGA DA ROCHA
Diretora de Administração e Finanças

JAIR BERNARDO CORREA
Gerente de Orçamento e Finanças

ANA ROBERTA WOLLENHAUPT NUNES
Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 086.814